

humanitas

Vol. XLIX

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. XLIX • MCMXCVII



DUARTE DE SANDE, S. J., *Diálogo sobre a missão dos embaixadores japoneses à Cúria Romana*. Prefácio, tradução do latim e comentário de AMÉRICO DA COSTA RAMALHO. Macau, CTMCDP e Fundação Oriente, 1997, 353 p.

O livro cuja ficha bibliográfica encima estas linhas tem o título completo, no original latino, *De Missione Legatorum Japonensium ad Romanam Curiam, rebusque in Europa ac toto itinere animaduersis Dialogus, ex ephemeride ipsorum legatorum collectus et in sermonem Latinum uersus ab Eduardo de Sande Sacerdote Societatis Iesu.// In Macaensi portu Sinici regni in domo Societatis Iesu cum facultate Ordinarii & Superiorum Anno. 1590*. Este longo título tem a vantagem de enunciar de forma completa o conteúdo da obra, de não deixar dúvidas sobre o seu autor, e de elucidar sobre a actividade dos prelos dos jesuítas, em terras do Oriente: ‘Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana e sobre as coisas vistas na Europa e em toda a viagem, extraído do Diário dos próprios Embaixadores e vertido em Latim por Eduardo de Sande, sacerdote da Companhia de Jesus.// (Impresso) no porto de Macau, do reino da China, na Casa da Companhia de Jesus, com permissão do Ordinário e dos Superiores, no ano de 1590’.

A presente edição em português, saída também em Macau, decorridos quatrocentos e sete anos, com o patrocínio da Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e da Fundação Oriente, é um bonito exemplar, impresso e revisto criteriosamente, que reproduz na capa o monumento aos quatro jovens aristocratas japoneses, vestidos à europeia, que se ergue em Omura, no Japão.

Este livro agora divulgado, em tradução e comentário do Prof. Costa Ramalho, torna-se de difícil apreciação, porque o efeito que produz em quem o lê, e à medida que a leitura avança, é de deslumbramento; dir-se-ia mesmo que é de um sentimento de admiração, de respeito e de veneração — de *obseruantia* — pelo mestre que se entregou, com dedicação e entusiasmo, à tarefa ingente de traduzir, com alto nível científico e competência linguística invulgar, uma obra destas proporções.

O *Diálogo sobre a missão dos embaixadores japoneses à cúria romana* inicia com um Prefácio do Prof. Costa Ramalho (p. 9-17), síntese lapidar da obra, sua génese, importância, autoria. Seguem-se, em tradução (p. 18-24), o pedido de licenciamento da obra e a ordem de impressão; duas cartas, uma do padre Alexandre Valignano, outra do autor, Duarte de Sande; e o «Índice dos colóquios deste diálogo». A tradução do *Dialogus* estende-se da p. 25-353 e é acompanhado de notas histórico-culturais, filológicas e literárias, que na sua sobriedade e pertinência, orientam e conduzem o leitor, mesmo o mais especializado.

Formado por trinta e quatro capítulos, ou colóquios, em 437 páginas em latim de composição cerrada, sem parágrafos, nem intervalos e com certo número de abreviaturas,

o *Dialogus* conta a viagem feita por quatro jovens aristocratas japoneses de Nagasaki no Japão, a Roma, para prestarem obediência ao papa, em nome de três príncipes nipónicos, convertidos ao Cristianismo: procuravam estes príncipes o reconhecimento do Japão entre os países civilizados, a sua inserção na universal República Cristã e a divulgação na Europa da celebridade do nome do seu país.

São interlocutores do diálogo os quatro nobres, que tinham entre treze e dezassete anos de idade, e eram baptizados com os seguintes nomes cristãos: Mâncio, embaixador de Francisco, rei do Bungo, Miguel, representante de Protásio, rei de Arima, e de Bartolomeu, príncipe de Omura, e ainda dois outros rapazes da nobreza nipónica, Martim e Julião. A estes se juntam mais dois interlocutores — ambos primos direitos do embaixador Miguel —, Leão e Lino. Estes últimos, porque não tinham vindo na embaixada à Europa, fazem perguntas, comentam as respostas e motivam o diálogo. O diálogo, muito divulgado no Renascimento, quer em latim, quer em vernáculo, decorre dentro dos códigos formais do género, em Arima, em casa da família de Miguel, que se assume como principal narrador.

A viagem de ida e de retorno durou oito anos e alguns meses: a saída de Nagasaki foi a 20 de Fevereiro de 1582 e a reentrada no Japão, num dia de Julho de 1590. O roteiro completo da viagem, desde as terras orientais à Europa, figura no último colóquio, em que Miguel, com a ajuda de um mapa, indica todos os pontos do globo percorridos — qual Ninfa Tétis, no final d’*Os Lusíadas*.

Lisboa, que merece um colóquio inteiro, o colóquio XVI, foi o porto de chegada e de partida. Daqui foram por terra para Espanha. Viajaram para a Itália através do Mediterrâneo: de Alicante para Livorno, à ida; e de Génova para Barcelona, no regresso. Estiveram duas vezes em Madrid.

A organização desta embaixada pertenceu inicialmente ao Padre Alessandro Valignano, visitador da Companhia de Jesus no Oriente que, impedido de efectuar a planeada viagem, se fez substituir pelo jesuíta português Nuno Rodrigues, principal do Colégio de S. Paulo em Goa. A embaixada tornou-se, por assim dizer, uma empresa de portugueses: os padres, os companheiros de viagem e os navios eram portugueses. Os próprios jovens japoneses — como observou em Milão um diarista italiano, Urbano Monte, durante a sua permanência em Itália — falavam fluentemente português, entendiam bem espanhol e toscano e, como bons discípulos dos jesuítas, falavam correntemente latim; contudo, em encontros oficiais com altas personalidades da política utilizavam o seu idioma natal que era traduzido por um intérprete, o jesuíta português padre Diogo Mesquita.

Sublinhe-se ainda que o autor do *Dialogus* é assumidamente o padre Duarte de Sande e não o padre Alessandro Valignano, como se vem afirmando desde Daniel Bartoli (1608-1685), autor da *Storia della Compagnia de Gesù*. Confirmam-no a letra e o espírito das duas cartas que servem de pórtico ao *Dialogus*, se para tanto não bastassem o título

completo da obra e o parecer emitido para publicação da mesma. Aliás, prova irrefutável da nacionalidade portuguesa do autor da obra é o seu excessivo «lusitanismo», traduzido nas referências constantes à História de Portugal, que terá motivado a censura, no índice onomástico, de quase todos os nomes aduzidos, talvez para não susceptibilizar o soberano ibérico, Filipe II. O elogio e a defesa entusiástica de Portugal e dos portugueses, da sua admirável lealdade, percorre todo o *Dialogus* (vide e. g. colóquios III e IV) de forma que parece sentir-se nele pulsar o coração de um português, observa o Prof. Costa Ramalho.

Era vontade dos Padres da Companhia que a viagem na Europa decorresse com certa discrição, talvez porque a embaixada representava apenas três príncipes locais e não poderia representar todo o Japão. Mas a recepção que em Madrid Filipe II de Espanha — também rei de Portugal desde 1580, e incontestavelmente o grande monarca europeu desse final do séc. XVI — fez aos príncipes nipónicos, reconhecendo-os em hierarquia aristocrática iguais a si próprio, deu o tom de jornada triunfal a toda esta permanência por terras europeias, de Portugal, Espanha e Itália, os três países que visitaram. Os próprios Papas Gregório XIII e Sisto V trataram-nos com todas as honras. Decorridos alguns dias sobre a homenagem que os japoneses prestaram em Roma ao primeiro destes pontífices, ele vem a falecer. Assistiram então, em Abril de 1585, à sagração e entronização do novo papa, o enérgico e austero Sisto V, natural de Grottammare — perdoe-se o pormenor —, conterrâneo da saudosa Dr^a Maria Luisa Lisciani Costa Ramalho, que do céu se regozija com a publicação desta também sua grande obra que em vida tanto empolgou a sua fina sensibilidade de mulher de invulgar cultura.

As principais razões desta embaixada são apresentadas no final do colóquio I. Entre elas figura a ignorância que no Japão havia acerca da Europa, da sua cultura e civilização e a desconfiança que existia em relação aos jesuítas, que com o seu ideal de humildade e de pobreza da vida cristã eram vistos pelo japonês comum como aventureiros ambiciosos de riqueza e de poder. Aliás era-lhes familiar o exemplo da dominação espanhola nas Filipinas. A atitude de recusa da religião cristã prendia-se, segundo Miguel, com esta desconfiança e com a ignorância da expansão do Cristianismo no mundo e do seu prestígio social e político. Esta questão do prestígio era para os orientais — sublinha o Prof. Costa Ramalho — muito mais importante do que os argumentos teológicos.

A riqueza material e a magnificência dos três países visitados deslumbrou os jovens orientais, apesar de se manterem imperturbáveis, como revelam as palavras do padre Duarte de Sande, em carta que dirige ao padre Claudio Acquaviva, Geral da Companhia de Jesus, que figura a introduzir o *Dialogus* (p. 20-21): ‘Eles (dado o seu natural de escol e a obediência aos padres) anotaram diligentemente nos seus cadernos tudo quanto lhes pareceu notável e digno de memória, e não revelando no rosto qualquer admiração, como é costume dos japoneses, todavia guardaram bem fundo nos sentidos e na alma quanto lhes despertou maior admiração.’

A parte mais fascinante do itinerário foi, sem dúvida, a Itália, pela riqueza e prosperidade das suas cidades, Milão, Génova, Florença, Ferrara, Mântua, Verona, Roma e sobretudo Veneza, que foi a cidade mais amplamente tratada neste *Dialogus*. A famosa república estava interessada em firmar as suas rotas comerciais com o Japão, pelo que cumulou os príncipes de honrarias, que mereceram ser narradas. Ou será que um tão longo tratamento poderá prender-se com o mito de Veneza, que os tratados das cidades ideais, como o de Donato Giannotti, divulgaram na época? Em Portugal, visitaram cidades como Lisboa, Évora, Vila Viçosa, Santarém, Tomar, Coimbra, sendo esta última particularmente cara aos jesuítas, então no Oriente, que nela estudaram, viveram e até leccionaram, pelo que mereceu um colóquio inteiro (Colóquio XXXI). Em toda a parte foram os príncipes recebidos com discursos latinos de boas vindas e acolhidos nos colégios da Companhia com representações dramáticas alusivas a acontecimentos mais relevantes da embaixada nipónica. Em Coimbra, além das representações com que as diversas classes académicas homenagearam os príncipes, houve mesmo um grande espectáculo teatral para a Universidade e para a cidade, a tragédia *Ioannes Baptista* do padre jesuíta António de Abreu, levada à cena por altura da entrada do novo bispo D. Afonso de Castelo Branco, que coincidiu com a chegada dos príncipes japoneses.

Na verdade, nos dois anos em que eles estiveram na Europa, 1584 e 1585 ocorreram celebrações dignas de relevo, de que se faz a descrição no *Dialogus* — que se torna assim um verdadeiro manancial de informações e um documento precioso e insubstituível deste período crepuscular do século XVI europeu. Em Roma, puderam assistir à sagração e entronização de um Papa; em Alcalá de Henares ao acto académico de imposição de insígnias; em Coimbra à entrada de um Bispo; em Veneza a recepções de uma grandeza inolvidável. Estas festas (vide *Les fêtes à la Renaissance*. C.N.R.S., 1960) eram um modo de expressão, dentro de um universo de significação socio-política, da exteriorização do “estado” e da condição social dos grandes senhores, considerada necessária à *maiestas* pelos potentados do Renascimento, como mostra, nos seus estudos, André Chastel.

A esta ideia de riqueza e magnificência se une a ideia de harmonia e paz como apanágio da sociedade europeia, que deveria impressionar favoravelmente os jovens japoneses. Isto sem esquecer que as guerras de religião perpassam de relance na obra, quer a propósito de um jesuíta assassinado na Inglaterra, quer a propósito dos colégios da Companhia que existem em Roma para fazer face ao avanço do protestantismo. No próprio Mediterrâneo se encontram piratas argelinos, mesmo depois da batalha de Lepanto, em 7 de Outubro de 1571 — evocada também com toda a sua importância nesta obra (colóquio XIV) —, pelo que a segurança de vidas e bens não é absoluta.

Mas a grande riqueza deste livro é impossível sequer enunciá-la, nestas breves considerações. Ela reside sobretudo no diálogo que se estabelece entre o Oriente e o Ocidente, com vincado acento na superioridade da Europa sobre o Japão, em todos os

aspectos que são evocados e sempre postos em confronto. Se o proselitismo dos jesuítas é o principal reponsável por esta atitude, que pretende atribuir essa diferença qualitativa à vivência da doutrina cristã, a expressão colorida de pormenores pitorescos é com toda a certeza — apesar da ficcionalidade do diálogo permitir a sobreposição da voz do narrador com a do autor — dos jovens nipónicos convertidos ao catolicismo, designadamente do embaixador Miguel. A superioridade da Europa é constatada: no clima, no poder económico-mercantil, na arte de marear, na sumptuosidade e magnificência das cidades, nas instituições de ensino e seus *curricula*, em que avulta o valor pedagógico e sócio-cultural do teatro, nas instituições de poder, na administração da justiça (apesar de se depreender do diálogo, no colóquio XIV, que no Japão, no século XVI, os portugueses tinham fama de escravagistas, muito embora se desculpem com a ambição dos próprios japoneses).

Por outro lado, um universo de conceitos de carácter político, social, religioso, científico, pedagógico se desvenda e enquadra esta obra no espírito do Renascimento e da Contra-Reforma. Serve de exemplo a importância dada ao conhecimento científico e à experiência, quer no que se refere à arte de marear e seus inventos, quer ao problema da cor negra e sua hipotética origem; a organização do estado eclesiástico e do estado laico, devendo submeter-se o segundo ao primeiro; a discussão das várias formas de transmissão do poder, por direito hereditário, por sufrágio popular ou eleição, por um acto de violência, temas clássicos que ganharam a maior actualidade desde Maquiavel a Jean Bodin; a afirmação do direito internacional.

E um sem número de considerações semeiam aqui e além a narração, como as que respeitam à arte dramática, ao canto, à música, à dança, à seriedade e elegância das mulheres europeias, às boas maneiras e formas de cortesia e urbanidade, ao mobiliário e decoração das casas, ao vestuário, à forma de sentar, de comer, de entrar nos templos, à caça e até às raças de cães, aos torneios, à arte de cavalgar, aos meios de transporte, designadamente aos coches, e a tantos outros motivos que tornam este livro fascinante e um documentário precioso para a caracterização de uma época, o século de ouro europeu.

Enfim, a compreensão desta obra não se esgota numa simples leitura: antes é estimulante de novas leituras, aponta e sugere uma imensidade de pistas de investigação.

O desconhecimento quase generalizado do latim impede a compreensão de textos, como este, imprescindíveis para um estudo alicerçado e sério da nossa história cultural e da nossa literatura de Quinhentos, que tanto ficam a dever à investigação criteriosa e exemplar do Mestre de Coimbra.

O Prof. Costa Ramalho, *fidus interpres*, para usar a expressão horaciana, valoriza na sua tradução a clareza, a pureza e o valor estilístico. A complexidade do acto de traduzir, na dupla dimensão da *sententia* e do *uerbum* — que ultrapassa os limites do domínio linguístico e corresponde a um acto hermenêutico, que tem de ser equacionado em termos de eficácia comunicativa — surge admiravelmente resolvida nesta obra. A

amplidão dos períodos de bom latim ciceroniano do original é preservada na tradução portuguesa, que mantém a força retórica e o ritmo oratório latino, sem perder criatividade expressiva. Mais, a multiplicidade e abrangência de motivos e de temáticas que tocam todos os domínios da arte, da ciência, da cultura, da história das ideias, dos costumes e tradições dos povos implicam uma linguagem específica e muitas vezes técnica que o Prof. Costa Ramalho utiliza com o à vontade que lhe conferem o saber imenso, a grande curiosidade intelectual, a dedicação absoluta de uma vida inteira às *humaniores litterae*. Porque estes predicados raramente se encontram na mesma pessoa, dificilmente surgirá no futuro um investigador desta envergadura, capaz de meter ombros a uma tarefa de tal natureza. É este um motivo mais para a nossa admiração.

NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES

HEREDIA CORREA, ROBERTO: *De Petronio, el Satiricón y algunas digresiones* (Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1996) 101 p.

Como nos é dito no prefácio, da responsabilidade de Fernando Curriel, este trabalho é resultante da reunião de dados de investigação e notas para aulas e conferências. Ao longo de sete capítulos, Heredia faz uma abordagem global de Petrónio e da sua obra. Trata-se, por isso, de uma obra que se revela útil, sobretudo para alunos e investigadores que dão os primeiros passos no confronto com os problemas levantados pelo *Satyricon*. O panorama das questões tratadas é bastante vasto, mas, em boa verdade, o Autor não discute em profundidade nenhuma delas. Assim, no primeiro capítulo, “Petronio, autor del *Satiricón*”, retoma a tese tradicional que identifica, em termos gerais, Petrónio com o *arbiter elegantiae* da corte de Nero. Esta parece-nos, de resto, a interpretação mais sensata. Recorda, também, o conhecido testemunho sobre Petrónio dos *Annales* de Tácito, que Heredia traduz e comenta brevemente. No capítulo seguinte, “¿Qué es el *Satiricón*?”, retoma de forma expressa a reconstrução do romance proposta por Sullivan, complementada com algumas perspectivas de Walsh, e refere brevemente as dificuldades existentes em integrar o *Satyricon* dentro de um género específico e bem definido, acabando por colher a ideia de que, na sua natureza polimórfica, o romance constitui um *unicum* (30), opinião que, embora nos possa merecer algumas reservas, continua globalmente válida. O terceiro capítulo, “El contenido del *Satiricón*”, constitui apenas um resumo do romance, sem verdadeiras preocupações interpretativas. Nele traduz, por vezes, alguns passos da obra, dos quais, contra a informação do prefácio, não é dada a versão latina nem se indica claramente a edição usada. De resto, a primeira informação sobre o texto adoptado aparece-nos apenas no último capítulo (91), não